

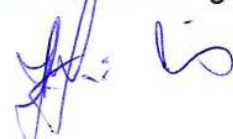
Comitê da Região Hidrográfica da Baía de
Guanabara e dos Sistemas Lagunares de Maricá e
de Jacarepaguá – COMITÊ DA BAIA DE GUANABARA

ATA DA XX REUNIÃO ORDINÁRIA

1
2
3 Aos 15 dias do mês de fevereiro de 2011, às 13hs, o Comitê da Baía de Guanabara
4 deu início à XX Reunião Ordinária, no auditório do INEA, cobertura, localizado na Av.
5 Venezuela 110, Centro, Rio de Janeiro, tendo como previsão de pauta os seguintes
6 assuntos: (1) Leitura e aprovação da ata anterior, (2) Plano Municipal de
7 Saneamento Básico dos Municípios (PSAM), (3) Implantação dos Subcomitês, (4)
8 Camaras Técnicas, (5) Discussão da Crise Ambiental da Região Serrana, (6)
9 Apresentação do INEA sobre o Comperj. A mesa foi composta pelo Sr. José Carlos
10 dos Santos Perroux (Diretor Secretário do CBH-BG), Sr. Carlos Alberto Muniz
11 (Diretor Geral do CBH-BG), Sr. Carlos Minc (Secretário do Ambiente do Estado do
12 Rio de Janeiro), Sr. Luiz Firmino Martins Pereira (Sub-Secretário Executivo da
13 Secretaria de Estado do Ambiente). Após os cumprimentos, o Sr. Carlos Alberto
14 Muniz deu início a reunião propondo uma alteração na pauta na qual os subcomitês,
15 câmaras técnicas e Comperj apareçam como informes para serem deliberados na
16 próxima reunião do plenário, restando na pauta os outros 3 itens para serem
17 deliberados pelo Plenário. Após a aprovação desta alteração foi dada a palavra ao
18 Prof. José Sertã (Abes) com a proposta de inversão de Pauta e considerar a questão
19 da aprovação das atas o ponto final da Ordem do Dia, uma vez aprovado este
20 encaminhamento, foi convidado o Sr. Gelson Serva (SEA) Coordenador do PSAM,
21 que com a palavra declarou da importância da participação do Comitê Baía de
22 Guanabara, especialmente pelo enfoque deste programa que envolve o saneamento
23 das áreas do entorno, e a oportunidade de seu desenvolvimento a partir deste
24 momento em que o Estado recuperou sua capacidade fiscal e principalmente pela
25 disposição do Governo em prestar conta do andamento do programa e debater
26 frequentemente com os comitês a evolução desse projeto, apoiando a
27 democratização das informações. No grupo de trabalho também fazem parte a
28 CEDAE, a Secretaria de Fazenda, e a Secretaria de Obras, nos estruturamos uma
29 proposta e apresentamos ao Governo Federal, onde o BID (Banco Interamericano)
30 participava na montagem e financiamento, que historicamente sempre esteve
31 envolvido inicialmente com o Governo Japonês e agora retornando com a disposição
32 de avançar com o saneamento da Baía da Baía de Guanabara especialmente com
33 o esforço do deputado Carlos Minc ao aprovar na Assembléia Legislativa esta
34 autorização para avançar no plano de saneamento. Foi apresentado diversos
35 quadros esquemáticos sobre o sistema de esgotamento da Região Metropolitana e
36 um histórico do avanço do saneamento no estado, foi apresentado também quadro
37 com planilha do financiamento do projeto no qual, constam financiamento do BID de
38 452 milhões de dólares e a contra partida Estadual de 188 milhões de dólares,
39 totalizando 640 milhões de dólares. Após as várias explanações a palavra foi
40 passada ao Sr. Luiz Firmino (Sub Secretário Executivo do Ambiente) para detalhar a
41 proposta ao Comitê, de apoiar a elaboração dos planos municipais de saneamento.
42 O Sub-Secretário, relatou que o grosso dos investimentos foram focados
43 basicamente no município do Rio, e da Baixada com maior intervenção da CEDAE,
44 entretanto os outros municípios que fazem parte de nossa bacia necessitam para
45 fazerem parte desse programa, terem um Plano Diretor elaborado e a partir daí
46 terem aprovados o Plano Diretor de Saneamento Básico. Foi feito encaminhamento
47 à plenária, para que fossem elaborados os planos diretores necessários que devem
48 preceder as obras, e que o conjunto dos planos diretores de saneamento dos
49 municípios do Comitê Baía de Guanabara perfazem um custo de 4,5 milhões, e
50 solicitou que seja autorizado a utilização de 2,25 milhões do fundo do CBH-BG e que

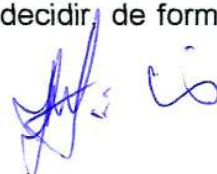
Comitê da Região Hidrográfica da Baía de
Guanabara e dos Sistemas Lagunares de Maricá e
de Jacarepaguá – COMITÊ DA BAIA DE GUANABARA

51 somados aos 2,25 milhões do FECAM, possibilitara a dotação orçamentária de 4,5
52 milhões necessários a elaboração dos planos diretores de saneamento dos
53 municípios da Baía de Guanabara que ainda não possuem. Como já existem
54 municípios que tem parte destes planos elaborados, e que o Secretário do Ambiente
55 vem articulando essa integração, a palavra foi passada ao Secretário de Estado, Sr.
56 Carlos Minc, que cumprimentou aos integrantes da mesa, agradeceu ao Diretor
57 Geral, Dr. Carlos Alberto Muniz e a todos os integrantes do Comitê da Baía de
58 Guanabara, relatou a prioridade do Governo do Estado nos últimos 4 anos na
59 questão do saneamento, período no qual o nível geral de tratamento passou de 20
60 para 30% , ou seja aumentou 50% em 4 anos. Se imaginarmos que os outros 70%
61 são jogados in natura nos nossos rios, lagoas e baía vamos chegar à conclusão que
62 estamos muito longe do desejado. Então a meta para esses próximos 4 anos é
63 dobrar de 30 para 60%, é uma meta muito ousada fazer em 4 anos 30%, número
64 igual ao que foi feito em 30 anos. Para atingirmos essa meta contamos com recurso
65 do BID aqui explanados, numa articulação com o Governador Sergio Cabral será
66 encaminhado brevemente a assembléia uma proposta de emenda constitucional
67 passando o FECAM de 5 para 10% dos royalties, o que praticamente dobra os
68 recursos disponíveis. Por outro lado os municípios só terão acesso aos recursos
69 federais se tiverem planos municipais de saneamento, essa é a questão que nos
70 trás aqui hoje, temos que trazer a importância dos planos municipais de saneamento
71 para os comitês de bacia, pois a lei de recursos hídricos permitiu que eles tivessem
72 recursos próprios para alocarem no mínimo 70% em saneamento. Complementando
73 sobre a questão do COMPERJ que o Muniz se referiu que vai ser objeto de uma
74 próxima reunião do Comitê, gostaria de informar que o Governador Sergio Cabral
75 determinou que 3 secretários estivessem a frente disso e que o fórum será retomado
76 com o lado executivo de realmente fazer cumprir cada um dos condicionantes
77 ambientais da licença que foi dada 3 anos atrás, sendo estes os esclarecimentos, o
78 secretário saudou a todos do Comitê e ressaltou o compromisso de reforçar a
79 influencia dos comitês de bacia em todo Estado do Rio de Janeiro. Com a palavra o
80 Sr. Carlos Alberto Muniz, informa que já há quorum para deliberar, abre os debates,
81 sugerindo um tempo de 3 minutos para as colocações de cada um: com a palavra a
82 Sra Ninon Machado (Instituto Ipanema) declara sua felicidade no propósito da
83 alocação de recursos no saneamento, todavia gostaria de solicitar que as propostas
84 encaminhadas a plenária tenham embasamento num documento que pudesse
85 explicar a situação por escrito, pois palavras o vento leva, e precisamos fortalecer a
86 governança compartilhada, o Comitê deseja transparência. Passada a palavra ao Sr.
87 Carlos Viveiros (Clube Naval), que concorda com a relevância do tema da
88 elaboração dos planos municipais de saneamento, porém alerta que a liberação de
89 50% dos recursos do Comitê que esta sendo discutida agora no plenário peca pela
90 falta dos representantes dos municípios beneficiários, outra coisa é o como o
91 plenário pode decidir sem analisar detalhadamente o projeto, sem passar pelas
92 câmaras técnicas e evidentemente sem uma mobilização para que os municípios
93 estivessem presentes, discordando do processo. Passada a palavra ao Sr. Marcelo
94 Aranda (ONG Care Brasil de Caxias), afirma que apresentará 3 propostas: O
95 conselho tem que ter um relatório claro de contabilidade, o recurso continua sendo
96 uma caixa preta, sem sabermos qual é o valor exato em caixa não podemos aprovar
97 nada, precisamos saber quanto temos para podermos decidir quanto vamos gastar.
98 O segundo ponto é a falta de um sistema de informação, gostaria de citar o desastre
99 que é o controle social no projeto Iguaçu, o orçamento do projeto é uma caixa preta.
100 Finalmente temos que ter nossas informações sem depender do site do governo,



Comitê da Região Hidrográfica da Baía de
Guanabara e dos Sistemas Lagunares de Maricá e
de Jacarepaguá – COMITÊ DA BAIA DE GUANABARA

101 pois lá não fica transparente quem ganhou as obras? como gastou? qual a
102 proporção de investimentos por bacias hidrográficas? Passada a palavra ao Prof..
103 José Sertã (ABES) ele encaminha a proposta que a Diretoria promovesse a
104 elaboração de um documento sobre o tema e que encaminhasse esse documento
105 através de uma reunião extraordinária para sua aprovação. Com a palavra Sr.
106 Alexandre Braga (CCRON), ressalta o otimismo diante do foco do saneamento do
107 entorno da Baía de Guanabara, especialmente pelos desafios que temos pela frente
108 com os olhos do mundo voltados para a nossa Baía de Guanabara, porém na
109 apresentação feita anteriormente, não me ficou claro porque da ausência de
110 Itaboraí, Maricá e Niterói na alocação de recursos para o plano de saneamento,
111 vejam o COMPERJ é um projeto impactante nos planos de saneamento para os
112 municípios de Niterói, Itaboraí e Maricá minha solicitação é de uma explicação mais
113 clara sobre esse tema. Com a palavra o Sr. Luiz Firmino, que esclarece que dentro
114 do arranjo institucional elaborado, existem 3 origem de recursos para fazer
115 saneamento nos próximos anos: recursos do PAC, compensações de
116 empreendimentos como é o caso do COMPERJ, e o financiamento aqui
117 apresentado. Maricá e Itaboraí, especialmente terão recursos para o Saneamento
118 oriundos do COMPERJ, os arranjos estão sendo feitos para contemplar todos os
119 municípios e acho importante a gestão participativa, é isso governança democrática
120 ninguém pode governar sozinho todo mundo divide as responsabilidades e tenho a
121 certeza que a melhor resposta é aquela que construímos coletivamente. O
122 Secretário Minc esclarece que a questão dos municípios e sua participação foi
123 amplamente debatida na semana passada com os mesmos, inclusive a Sra. Cátia
124 (Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Mesquita) estava presente, nada disso é
125 estranho para nenhum deles. A outra questão, relativa ao recurso financeiro
126 disponível ao Comitê, essa informação esta disponível na Internet, alias nunca se
127 gastou nada, como o Firmino relatou todos esses planos serão amplamente
128 divulgados, acompanhados por audiências públicas, com esses esclarecimentos
129 devolvo a palavra ao Muniz para darmos andamento a deliberação. Antes de darmos
130 continuidade, passo a palavra a Sra. Moema, Gerente de Instrumentos de Recursos
131 Hídricos, com a palavra ela explica, como ter acesso ao menu, cobranças pelo uso
132 da água, é só entrar e verificar saldo detalhado de cada sub-conta, ano a ano, mês
133 a mês quando existe um gasto aparece, cabe a cada comitê estruturar a informação
134 de como gastou, pois no site do governo só aparece que gastou. Voltando aos
135 esclarecimentos, levantados estão todos satisfeitos, alguma outra questão, antes de
136 iniciarmos a votação? Sr. Alexandre Braga (CCRON), parabeniza o Sr. Luiz Firmino
137 pela explicação e pela importância que ele dá aos Comitês, ressalta que apesar de
138 esclarecido a questão da ausência de Itaboraí e Maricá, porém continua
139 desconfortável a ausência recorrente de Niterói, pois como ela não esta
140 contemplada na compensação da Petrobras, e apesar do excelente trabalho
141 executado pela concessionária Águas de Niterói, na questão da água e do esgoto,
142 ainda existe deficiência na questão de um Plano de Saneamento que contemple os
143 vetores de drenagem e lixo. Passada a fase de esclarecimentos, o Diretor Secretário
144 fez o encaminhamento da proposta para votação: temos uma proposta preliminar e a
145 proposta do Prof. José Sertã, não sei se os outros membros que participaram do
146 debate, tem alguma outra proposta para darmos inicio a votação? Com a palavra a
147 Sra. Claudia Barros (Águas de Niterói), que enfatiza como precipitado a votação
148 desse tema antes do assunto passar por uma câmara técnica e ai sim, marcaríamos
149 uma extraordinária para votar esse tema. Com a palavra o Sr. Carlos Alberto Muniz
150 (Diretor Geral), esclarece que o Plenário é soberano e pode decidir de forma que




Comitê da Região Hidrográfica da Baía de
Guanabara e dos Sistemas Lagunares de Maricá e
de Jacarepaguá – COMITÊ DA BAIÁ DE GUANABARA

151 existem duas propostas a serem votadas pelo plenário: a primeira diz respeito a que
152 se decida hoje o apoio dos comitês aos planos municipais com exceção aos
153 municípios do Rio de Janeiro, que já tem seu plano de saneamento, os de Itaboraí e
154 Marica, cujos planos estão sendo custeados pela Petrobras e do município de
155 Niterói, na primeira proposta eu vou fazer levantando o braço, se houver dificuldade
156 faremos leitura nominal. Então quem é a favor que se decida hoje o apoio do Comitê
157 na elaboração dos Planos levante o braço, quinze, quem é contra que se aprove
158 hoje, levante o braço, nove, Declarações de voto, só após concluída a votação 15 x
159 9, com 2 abstenções, Prof. José Sertã(Abes), Alexandre Braga (CCRON) e
160 declaração de voto da Ninon (Instituto Ipanema) precisamos ter o cuidado pelos
161 princípios constitucionais, regimentos que tenhamos documentos escritos para
162 serem colocados em votação, por essa razão eu lamento ter votado contra
163 .Encerrada a votação, foi aprovada a liberação de 2,25 milhões do fundo do comitê
164 para elaboração dos planos de saneamento dos municípios. Passou para o segundo
165 item da pauta, a questão da Região Serrana, o Sr. Carlos Alberto Muniz agradece a
166 presença do Secretario Minc, que terá que se ausentar por questões de agenda. O
167 Diretor Geral esclarece que a bacia da Baía de Guanabara não foi afetada, pois o
168 fenômeno aconteceu na outra vertente, do lado do Rio Paraíba do Sul, para se ter
169 idéia uma semana após as chuvas o Rio Paraíba, subiu 11 metros, após foi relatado
170 a ajuda do governo do Estado, os próximos projetos de prevenção pelo Sr. Luiz
171 Firmino, que relatou os projetos com recursos do FECAN e do BID, mas também da
172 importância da repercussão para o cidadão, precisamos ter treinamento antecipado,
173 mas ressaltou que 50% das residências afetadas estavam em áreas consideradas
174 seguras, os estudos climáticos sinalizam que esses acontecimentos se darão com
175 maior frequência e os comitês, vão ter que aprender a lidar com isso. Aberto ao
176 debate, a Sra. Márcia alerta para os sistemas lagunares, especialmente o de Maricá,
177 o Sr. Jose Miguel (Ecocidade), alerta para irresponsabilidade dos municípios que
178 continuam induzindo a ocupação das APP, o Sr. Marcelo Aranda alerta para a
179 fragilidade da região de Xerén, que esta abandonada. Retornando a palavra o Sr.
180 Carlos Alberto Muniz, considera todas as informações trazidas foram validas e
181 espera que tenhamos cumprido o objetivo. Com relação à questão dos subcomitês,
182 esclarece que o objetivo das reuniões de mobilização é fortalecer o intercambio de
183 informações, como o que foi feito recentemente no Clube Naval, cuja área de
184 atuação envolve a lagoa Rodrigo de Freitas, que contou com a presença de 50
185 pessoas, informa também, que no dia 24 haverá uma nova reunião de mobilização
186 para as lagoas de Jacarepaguá, na Câmara Comunitária da Barra da Tijuca, às
187 19:30, na qual o CBH-BG conta com a presença de todos. A sra. Kátia Vallado
188 (CCRON), solicita que fique registrado em ata, que a região de Itaipu e Piratininga,
189 já tem um comitê criado, obviamente subordinado ao Comitê Baía de Guanabara,
190 cuja documentação de criação foi encaminhada ao Comitê Baía de Guanabara,
191 tendo tido a honra de na ocasião de sua ata de criação, ter tido a presença do Sr.
192 Luiz Firmino, então Presidente da Serla. Com a palavra o Sr. Carlos Viveiros, se
193 compromete a resgatar os documentos encaminhados pelo Comitê Itaipu e
194 Piratininga ao Comitê Baía de Guanabara com a Sra. Dora Hees de Negreiros, que
195 era Presidente a época. Sr. Carlos Alberto Muniz agradece as informações
196 prestadas, e passa para a questão do COMPERJ, como o comitê tem entre suas
197 funções acompanhar os licenciamentos, vamos convidar ao INEA para que na
198 próxima plenária , faça uma apresentação desse licenciamento para que o Comitê
199 tenha elementos para discutir e acompanhar o andamento do empreendimento. A
200 sra. Flavia Lanari, da Apalma, relata que a sociedade civil de Maricá protocolou no

Comitê da Região Hidrográfica da Baía de
Guanabara e dos Sistemas Lagunares de Maricá e
de Jacarepaguá – COMITÊ DA BAIA DE GUANABARA

201 INEA os questionamentos sobre o licenciamento do COMPERJ, em especial do
202 EIA/Rima, pois o mesmo não é conclusivo, e precisa de mais dados pois afeta além
203 da região do Parque Estadual da Serra da Tiririca todo o litoral e ilhas de Maricá. Por
204 motivo de agenda, Sr. Carlos Alberto Muniz passa a direção ao Sr. José Miguel, vice-
205 diretor, que sugere também o acompanhamento pelo Comitê do licenciamento do
206 Arco Metropolitano, devido ao impacto na região do comitê. Por fim foi tratado pela
207 Plenária a constituição da Câmara Técnica Temporária (CTT), com nove membros,
208 se candidataram a Sra. Gláucia Freitas (INEA), Sra. Cátia (Mesquita), Sra. Carmem
209 (Rio Bonito), Sr. Carlos Viveiros (Clube Naval), Sra. Cláudia Barros (Águas de
210 Niterói), Sr. Flávio (Petrobras), Sr. Pereira (FECOMERCIO), Sr. Marcelo Aranda
211 (CareBrasil), Sra. Ninom Machado (Instituto Ipanema), Sr. Francisco (Conselho
212 Comunitário de Maricá), Prof. José Sertã (ABES), com mandato até próxima
213 plenária para dar parecer sobre: membros, titulares e suplentes, entidade
214 delegatária, funcionamento das futuras câmaras técnicas, revisão e atualização do
215 plano de bacia, elaboração do texto da resolução do CBH, que aprova os recursos
216 financeiros a serem aplicados nos planos de saneamento e do sistema de
217 informação para o controle social. Como último item da pauta, o encaminhamento
218 para a aprovação da ata, só tem uma pessoa que fez consideração: Sr. Carlos
219 Viveiros, tem mais alguém? Dada a palavra ao Sr. Carlos Viveiros que menciona
220 que na linha 65 da 19ª reunião ordinária sete organizações que questionaram suas
221 não habilitação, pois tiveram seus questionamentos levados a justiça e foram
222 inabilitadas por não terem comprovado atividades na área de recursos hídricos.
223 Nada mais havendo a tratar, o Sr. Vice-Diretor, Sr. José Miguel, deu por encerrada a
224 presente reunião, suspendendo os trabalhos pelo tempo necessário para a lavratura
225 desta ata, que foi lida e, achada conforme, aprovada por todos os presentes.
226
227

228 Ata aprovada em 26 de maio de 2011

229
230
231 
232 Carlos Alberto V. Muniz
233 Diretor Geral do CBH- BG


José Carlos dos Santos Perrout
Diretor Secretário do CBH-BG

234